A violência da linguagem: política do medo e falência da crítica

Maria Eduarda Gonçalves Peixoto¹

Universidade Estadual do Ceará

mariaeduardagp@gmail.com

Resumo:

Este artigo propõe uma leitura possível da violência a partir de uma crítica radical da linguagem. Para além da compreensão da violência 'na' linguagem, em referência a formas de ação violenta que os usos linguísticos podem assumir, há a violência 'da' linguagem, que sublinha a violência como constitutiva do ato mesmo de significação. Com base nisso, inicialmente, vinculam-se violência e processos discursivos de significação à luz da crítica radical de S. Žižek (2014) e E. Laclau (1985). A seguir, mostra-se como tal relação é articulada na mediação do escândalo político *Novos alopados* (2010), através da análise dos recursos metafóricos empregados pelas esferas enunciativas de mídia, segundo a tipologia de Lakoff e M. Johnson (2002). Finalmente, argumentamos a favor de que a linguagem é, irremediavelmente, uma performance ideológica violenta.

Palavras-chave: Linguagem; Violência; Ideologia; Crítica

Abstract:

This paper proposes a possible reading of violence from a radical criticism of language. In addition to the understanding of violence 'in the' language, in that violence is a form of action that the language can play, there is the violence 'of the' language, which emphasizes the violence as constitutive of the act of signification. Initially, it shows violence and discursive processes of signification from the criticism of radical of S. Žižek (2014) and E. Laclau (1985). Then, it shows how such a relationship is articulated in the mediation of Brazilian political scandal *Novos alopados* (2010), through the analysis of metaphors used in enunciations media, according to the typology of Lakoff and M. Johnson (2002). Finally, we argue that the language is, inevitably, a performance ideological violent.

Key-words: Language; Violence; Ideology; Critical

INTRODUÇÃO

Nas eleições presidenciais de 2010, o Brasil experimentou o escândalo político que, segundo os jornais e as revistas mais influentes no cenário nacional, consistiu em um dos piores atentados já cometidos contra a legitimidade constitucional e moral do país, o que o fez reverberar no período eleitoral de 2014. O episódio, que ficou conhecido pela alcunha midiática *Novos alopados*, revelou a quebra ilegal de sigilos fiscais na Receita Federal, em 2009, de centenas de contribuintes brasileiros, dentre os quais dirigentes do partido político PSDB e familiares do então candidato à presidência pela referida legenda, José Serra.

De acordo com as primeiras reportagens sobre o acontecimento, em maio de 2010, a violação de dados fiscais teria sido encomendada pelo núcleo de comunicação da campanha da candidata Dilma Rousseff (PT²), em vista da confecção de um falso dossiê contra o seu principal adversário político, à moda do chamado *Escândalo dos alopados* ou *Escândalo do dossiê*, ocorrido em 2006. Não tardou muito para que novas versões surgissem nos noticiários, informando o caso como resultado, na verdade, de uma disputa fratricida dentro do próprio PSDB³ pela pré-candidatura à presidência, envolvendo, em especial, o ex-governador de Minas Gerais Aécio Neves e o ex-governador de São Paulo José Serra.

Uma guerra, então, iniciou-se, mas para muito além da restrita disputa partidária entre as siglas PSDB e PT e suas coligações, com seus interesses particulares. Expressões como «estratégia de supressão da verdade», «criminoso ofensiva», «aparelhamento do Estado», «atentado à democracia», «práticas de regimes totalitários» e «ataque contra a cidadania» foram mobilizadas por diversas instâncias enunciativas de mídia, hegemônicas e não hegemônicas, para designar o evento como uma das mais graves agressões contra a integridade da ordem social, política

¹ Co-Autor: Ruberval Ferreira, Universidade Estadual do Ceará.

² O Partido dos Trabalhadores (PT) é um dos maiores partidos políticos brasileiros, fundado em 1980, integrando os principais movimentos esquerdistas e populares da América Latina.

³ O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é um importante partido político brasileiro, instituído em 1988 por dissidentes do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, criado na Ditadura Militar 1964-1985), defendendo o parlamentarismo e o neoliberalismo no país.

e jurídica da nação. Tais designações passaram a constituir um conjunto de sentidos que, unido ao crescente número de escândalos políticos midiáticos alardeados na última década, indicaria, não sem perigos, os limites da democracia no Brasil.

Ao longo da batalha estabelecida no espaço público da sociedade brasileira, as oposições entre o bem e o mal foram reiteradamente exploradas no esforço pela instauração do inimigo contra quem o país deveria lutar, a partir de estratégias ideológicas de diferenciação e expurgo do outro (Thompson, 1995). Diante disso, em vez de nos confrontarmos com os evidentes atos violentos de ódio, ameaça, injúria e difamação, de um lado, e de subversão de leis e normas, de outro, devemos reparar em uma forma de violência mais oblíqua aí implicada. Na guerra representada, há uma política do medo em que o horror do inimigo e a simpatia com as vítimas criam um engodo artificial que oblitera a percepção de uma forma de violência mais fundamental. Não estamos nos referindo às «transgressões de certos valores, normas ou códigos morais» (Thompson, 2002: 41), em virtude das quais se dá um caso escandaloso, mas ao conjunto mesmo dos valores e normas que compõe determinada ordem sociopolítica.

Não se trata, tão somente, da violência subjetiva, direta e visível, que perturba determinada forma de vida, isto é, certo «padrão de racionalidade que se encarna em instituições, disposições de condutas valorativas e hábitos» (Safatle, 2008: 12). A violência para a qual gostaríamos de chamar atenção, a partir do exemplo do evento mencionado, é a da própria constituição e do funcionamento desse «estado normal de coisas» (Žižek, 2014: 18). Como esclarece Žižek, a violência subjetiva é apenas a mais visível, pois é julgada em oposição a uma realidade não violenta, normal e pacífica. Como evidencia o caso de um escândalo político, o que não está evidente na mediação ou mediação das significações, enquanto «tecnologia de encantamento» (Gell, 1988: 7) que consiste na própria produção, circulação e apropriação de significados na sociedade, é a violência objetiva, aquela invisível e inerente à normalidade da estrutura social.

Assim, a questão principal com que este artigo se preocupa é pensar a relação entre violência e significação, tal como as situamos brevemente, a partir de uma perspectiva radicalmente performativa dos usos da linguagem. Tal esforço implica o desenvolvimento de uma leitura, cada vez mais séria e urgente, sobre a política da significação, considerando que compreender a significação é atentar para o modo «como surgem os significados, onde e com que consequências», e isso não é outra coisa senão compreender sua política (Silverstone, 2002: 43). Essa leitura reivindica uma forma ainda embrionária de análise de acontecimentos sociais na contemporaneidade, a que devemos chamar, daqui em diante, de crítica radical da linguagem.

Refletir sobre a violência através de uma crítica radical da linguagem pressupõe a assunção de três premissas importantes. Primeiro, em vez de focar em uma diferença definitiva entre o ato violento e sua representação ideológica discursiva, admite-se que a representação da violência é, ela própria, um ato violento, uma vez que produz e reproduz efeitos de sentido. Esse é um fato fundamental da linguagem, ela constrói e condensa estruturas (de racionalidade) simbólicas.

Segundo, para evitar que se pense apenas em violência ‘na’ linguagem, tenta-se problematizar também a violência ‘da’ linguagem. No primeiro caso, há a defesa da linguagem politicamente correta, ou seja, a luta política por palavras mais afirmativas, em que «certas expressões socialmente violentas passam a ser desautorizadas por aqueles que lutam por uma nova ética do dizer» (Silva - Alencar, 2014: 260). No segundo caso, para além da ideia da violência como uma das formas de ação que a linguagem pode assumir, sublinha-se que a performatividade da linguagem é, irremediavelmente, violenta, pois é constitutiva do ato mesmo de significação.

Terceiro, é preciso admitir a falência de uma determinada crítica (Safatle, 2008). Tradicionalmente, pela herança da Escola de Frankfurt, o vigor crítico está precisamente na busca por desvendar – e intervir sobre – os processos ideológicos de construção e de manutenção de relações sistematicamente assimétricas de poder, que estão por trás de certas práticas e eventos sociais. Essa crítica está, sob o ponto de vista de uma pragmática radical da linguagem, falida.

Com atenção, nota-se que ainda é orientada por uma lógica segundo a qual o papel crítico de «demonstrar o modo preciso e exato pelo qual o bem simbólico

funciona, gera ou articula poder e desigualdade» (Blommaert, 2008: 92) é pensado em oposição a uma realidade de não-violência, em que o bem simbólico pode não ser usado para sustentar relações assimétricas de poder. A questão que se coloca é: pensar de que modo a ideologia associa-se a formas simbólico-discursivas, ou melhor, se a ideologia refere-se somente às formas simbólicas que servem para estabelecer e para sustentar relações violentas, sistematicamente assimétricas de poder e de domínio. Argumentamos, aqui, que a crítica radical da linguagem não está, em uma relação de correspondência, para uma anti-violência, mas, ao contrário, para o que Žižek (2014: 161) chama de violência emancipatória. Partindo dessas premissas, nossa discussão organiza-se em duas partes.

Na primeira parte, apresentamos o modo como o vínculo entre violência e processos discursivos de significação pode ser pensado a partir de uma crítica que leva às últimas consequências a concepção da linguagem como performatividade. A literatura dessa perspectiva crítica é mapeada, principalmente, pelos trabalhos de Žižek e Laclau, que, por influência de Austin e Wittgenstein, empreendem uma ontologia político-performativa da realidade social.

Na segunda parte, mostramos como violência e significação são articuladas discursivamente, a partir de uma análise dos recursos linguísticos operacionalizados por esferas enunciativas midiáticas na cobertura do escândalo político brasileiro *Novos alopados* (2010). O *corpus* de análise é composto pelas narrativas do acontecimento das revistas *Veja* e *Carta Capital*, que representam o que estamos chamando de esfera enunciativa de mídia hegemônica e esfera enunciativa de mídia não-hegemônica, respectivamente. Para cada uma das quatro etapas narrativas do evento (fases pré-escândalo, escândalo propriamente dito, clímax ou desenlace e consequências), elegemos uma reportagem de cada semanário. A seguir, codificamos os usos de metáfora nas 8 reportagens selecionadas, relacionados à transgressão original, que envolve a quebra de sigilo fiscal denunciada, e às transgressões de segunda ordem, que contemplam, por exemplo, o caso da criação da TV dos Trabalhadores (TVT) no ABC Paulista-SP.

VIOLÊNCIA E SIGNIFICAÇÃO: O PRECIPITADO OBJETO DA IDEOLOGIA

A admissão pós-estruturalista de que a sociedade não é uma totalidade racional implica a impossibilidade da fixidez absoluta do sentido, de modo que a sociedade deixa de ser um objeto válido de discurso, pois «não há nenhum princípio subjacente isolado que determine – e, portanto, constitua – todo o campo das diferenças» (Laclau - Mouffe, 1987: 127). A realidade social, assim, não deve ser concebida como unificada por uma lógica endógena segundo a qual há um lugar de onde um *fat* soberano é enunciado, o que a reduziria a momentos necessários de uma lei imanente, nem compreendida como composta por dois planos, o das essências e o das aparências, uma vez que, para Laclau e Mouffe (1987: 111), não existe possibilidade de fixar um sentido literal e único, diante do qual a apreensão simbólico ou conotativa funcionaria somente como plano secundário.

A sociedade é, assim, uma organização aberta, de modo que, ao falarmos da realidade (social), estamos tratando sempre de símbolos, ou melhor, «de símbolos organizados na linguagem, portanto, funcionando a partir da articulação do significante e do significado, que é o equivalente da estrutura da linguagem» (Lacan, 2005: 22). Observemos, então, que a lacuna que impede a fixidez do sentido não implica, por acaso, a simbolização da realidade pela impossibilidade da literalidade do social. Na constituição da sociedade como tal, há sempre «uma rejeição primitiva, alguma coisa que não consegue ser simbolizada» (Lacan, 1992: 98). A falta ou a clivagem que escapa à simbolização é a manifestação da experiência do real. Essa experiência pode ser compreendida como «um recalçamento primário da realidade» (Žižek, 2011: 29).

A formação social não pode ser racionalizada, segundo Laclau e Mouffe (1987: 162), a partir da ideia de totalidade, porque essa noção, como advertira Althusser (1969: 203), identifica as diferenças como mediações necessárias para o autodesenvolvimento de uma essência, ao passo que a realidade social não está alheia ao conjunto estrutural complexo da sobredeterminação. Segundo Althusser

(1969: 203), a sobredeterminação, uma palavra-chave em seu trabalho, frequentemente utilizada na Psicanálise e na Linguística, não faz referência a um processo qualquer de mescla, mas a um tipo muito particular de fusão que supõe formas diversas de (re)simbolizações e de pluralidades de sentido.

Assim, Laclau e Mouffe (1987) alargam, na direção em que nossa discussão projeta a significação, a afirmação althusseriana de que não há nada no social que não seja sobredeterminado. A ampliação do conceito justifica-se pela razão de os autores não concordarem com o argumento de Althusser (1969) de que a sobredeterminação dá-se em virtude do eixo econômico das sociedades. Para Laclau e Mouffe (1987: 164), nós não fugimos nunca da sobredeterminação: ela se constitui no campo do simbólico e carece de toda significação à margem deste.

A sociedade tem sua regularidade apenas na forma de fixação relativa e precária, que acompanha a instituição da sua ordem. Nessa direção, é preciso pensar a sociedade a partir de um conceito que esteja erradicado na concepção de sobredeterminação das relações sociais: a articulação. Laclau e Mouffe (1987: 176) significam articulação como «toda prática que estabelece uma relação entre elementos, cujas identidades modificam-se como resultado dessa prática». A totalidade estruturada, a que Althusser (1969) fez referência, é, segundo Laclau e Mouffe (1987), resultante dessa prática articulatória e, com esse caráter, define-se como discurso. Aqui, duas distinções tornam-se necessárias à compreensão da realidade social como constituída discursivamente: momentos e elementos. Os momentos são as posições diferenciais que são articuladas no interior do discurso, isto é, as identidades relacionais que se articulam, formando o próprio discurso, enquanto os elementos, por sua vez, são as diferenças que não são articuladas discursivamente (Laclau - Mouffe, 1987: 124).

A instituição discursiva da realidade social, como ordem simbólica, segundo os termos apresentados, compõe-se, em primeiro lugar, da coerência da formação discursiva. Uma formação discursiva, como esclarece Foucault (1997), não se unifica em referência a um objeto comum, a um estilo comum de produção de enunciados, a uma constância de conceitos ou a uma permanência de certo tema, mas em uma «regularidade na dispersão» (Foucault, 1997: 43). A dispersão é, enfim, o próprio princípio da unidade, na medida em que ela é «governada por regras de formação, pelas complexas condições de existência dos elementos» (Foucault, 1997: 43). Assim, a formação discursiva é compreendida, em sua dispersão e regularidade, como complexa estrutura, historicamente engendrada, de posições diferenciais. As práticas articulatórias que configuram a realidade social estão radicadas nesse conjunto de posições de diferenças, de modo que todo elemento, reduzido a um momento da prática articulada, ocupa uma posição diferencial no discurso: a formação discursiva não é uma condição de possibilidade dos discursos, mas uma lei ou ordem de sua coexistência.

A constituição discursiva da sociedade compõe-se, em segundo lugar, pelo apagamento absoluto do suposto limite entre o discursivo e o não discursivo. Sendo a articulação uma prática discursiva que não tem um plano de constituição apriorístico ou alheio à dispersão dos elementos articulados, conforme esclarecem Laclau e Mouffe (1987: 186), tais elementos são sempre identidades inter-relacionais. Os objetos e suas propriedades materiais estão, pois, engajados em jogos de linguagem (Wittgenstein, 1989), isto é, dentro de sistemas de significação, em que os objetos estão arranjados «no campo de uma ontologia geral» (Laclau - Mouffe, 1987: 20), que coincide com a totalidade das relações na sociedade: o discurso.

O que constitui uma identidade relacional de objetos com elementos linguísticos não é a ideia ou a representação (no sentido etimológico de tornar algo presente) dos objetos, mas eles próprios. Vejamos bem que não se trata de uma justaposição entre elementos linguísticos e não linguísticos, mas da construção de um jogo de diferenças, para lembrar Derrida (2008: 8). Nesse jogo de diferenças, há dispersão de elementos materiais: as sequências relacionais não têm um sentido funcional último e preciso, mas regularidades que estabelecem posições de diferença entre objetos no mundo. A literalidade é, logo, a primeira das metáforas, segundo Laclau e Mouffe (1987: 188).

O sistema simbólico fracassa em sua própria (tentativa de) objetividade, quando o real, a experiência que escapa ao domínio das regras e normas da estrutura,

surge em aparições espectrais. Ao se apresentar na forma do trauma – como explica Lacan (1992: 57), numa experiência que foge à ordem simbólica, de que é condição de existência – o real é, pois, a clivagem que o sistema de diferenças recalca para existir. Essa lacuna nunca é completamente preenchida, de modo que, à luz da metáfora lacaniana das estrelas, usada para significar que o real é «o que retorna sempre ao mesmo lugar» (Lacan, 1992: 511), a emergência desse real tem a forma de um espectro.

Nessa perspectiva, em que se entende o real como a experiência traumática que não conseguiu ser semantizada na estrutura simbólica, cuja possibilidade é condicionada pelo recalque do trauma, o espectro é o que dá materialidade ao que foge à realidade social. Logo, é preciso ressaltar uma distinção importante entre espectro e ficção simbólica. A realidade nunca é ‘ela mesma’, ela só se apresenta através de sua simbolização incompleta/falha. As aparições espectrais emergem justamente dessa lacuna que separa a realidade e o real e em virtude da qual a realidade tem o caráter de uma ficção (simbólica) (Žižek, 1996: 25).

O arranjo teórico, aqui empreendido, costurado a respeito de uma leitura da realidade como constituída simbólica e discursivamente, ajuda-nos a pensar nosso objeto de discussão, o escândalo político, como um acontecimento que intervém na estrutura social. Tal intervenção não somente indica a natureza simbólica e discursiva da realidade social, como também revela as condições de possibilidade de sua estrutura e práticas sociais.

Na emergência dos *Novos alopados*, desencadeou-se uma série de significações distintas do evento. Por exemplo, enquanto *Carta Capital* descreveu o caso da violação de dados na Receita Federal como resultado de uma «disputa fratricida no tucanato», *Veja* o identificou como «aparelhamento do Estado contra a oposição». Ambas as enunciações midiáticas declaram percepções diferentes sobre o que noticiam, devido à existência de um conjunto de tensões que impossibilita os participantes de simbolizarem as atividades em acordo.

O desacordo está no cerne das interações, pois as identidades discursivas só emergem, como numa visão em paralaxe, como resultado da diferenciação de perspectivas, «na qual toda diferenciação é uma distorção parcial» (Žižek - Daly, 2006: 121). Esse «núcleo traumático» (Žižek - Daly, 1996: 31) é o real, que permanece nas distintas situações. O real é, pois, o que desponta nas distorções entre as tentativas de representação exata, verdadeira ou única possível da realidade. Desse modo, os elementos que, à guisa de ficção, compõem narrativas possíveis do escândalo político apontam para o caráter antagônico da realidade social em que ele surge e se desenvolve e indicam a inscrição do evento na luta hegemônica pela fundação e legitimação de sentidos.

O movimento espectral é ideológico, à medida que se pode afirmar que a ideologia é a fantasia que constitui a realidade social fundamentalmente, pois «se retirarmos essa perspectiva distorcida, perdemos a própria coisa em si» (Žižek - Daly, 2006: 120). A ideologia serve de esteio a nossa própria realidade, é «uma ‘ilusão’ que estrutura nossas relações sociais efetivas e que, com isso, mascara o insuportável núcleo do real impossível» (Žižek, 1996: 321), o antagonismo. Portanto, a ideologia não esconde o verdadeiro estado de coisas, pois ela está inscrita na realidade, uma vez que a constitui discursivamente pelos diferentes modos como recalca o real antagônico, na fundação e refundação de significações. Assim, a realidade social só é possível graças a um «estranho suplemento espectral» (Žižek, 1996: 25). Esse espectro é a ideologia.

A ideologia constitui as (inter)relações simbólicas que estruturam a sociedade. Nessa direção, entende-se que a ideologia é a própria forma, não o conteúdo verdadeiro que é ocultado pela forma, pela aparência. De acordo com esse argumento, a crítica da ideologia não tem mais a função de desmascarar os acontecimentos do mundo, retirando os véus que escondem a sua essência verdadeira. Isso não é possível, porque a ideologia surge no limite entre o real e a realidade. Precisamente aqui, encontra-se a performatividade da linguagem: «é a defasagem entre o real e a realidade o que abre espaço para o performativo, em sua oposição ao constativo» (Žižek, 2011: 37), lembrando Austin (1990). Vejamos, assim, que a ideologia, ao agir sobre essa clivagem antagônica, em cujo recalque consiste a estrutura simbólico-discursiva, configura-se em um movimento performativo de

(trans)formação significativa da realidade social. O nosso argumento principal é que essa performance é, desde já, violenta.

Entendamos a medida. A ideologia e a violência parecem, à primeira vista, operar pela mesma lógica: a coincidência dos contrários. De um lado, a ideologia é tanto linguagem quanto inversão da realidade, à medida que, se nela os homens e as suas relações surgem invertidos, como ocorre numa câmara obscura, isso é apenas o resultado do seu «processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se formam na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico» (Marx - Engels, 1999: 21). É, pois, a naturalização/ a neutralização de certos significados ou universos simbólicos a forma ideológica por excelência, não os traços, as práticas e as normas de vida marcados em termos desta ou daquela ideologia identificada. De outro lado, tal como a ideologia, que se manifesta como seu contrário, a «violência simbólica social na sua forma mais pura manifesta-se como a espontaneidade do meio que habitamos, do ar que respiramos» (Žižek, 2014: 41).

Ideologia, enquanto construto significativo de instituição da realidade social e de suas interações, e violência são faces da mesma moeda, a linguagem, em razão do caráter desta última de fundação ou imposição de essências. Não à toa, Heidegger chamou a linguagem de «casa do ser», ao explicar a metafísica da linguagem como *wesen der sprache*, isto é, o trabalho fundamental da linguagem de essencializar. A linguagem, conforme pensa Heidegger (1999: 104), conduz as coisas à sua essência, movendo-nos de uma forma tal que «as coisas nos importam de maneira particular, e assim se traçam caminhos pelos quais nos movemos entre os entes» (Heidegger, 1999: 104).

Existe, assim, uma violência na capacidade da linguagem de essencializar, pois o ser ou o sentido de algo (um indivíduo, um grupo social, uma atitude, um acontecimento, etc.), sendo ideológica e discursivamente constituído, produz um efeito performativo violento, ao definir condições de possibilidade de existência, atuação e participação na realidade. Definir, desde seu étimo, não é outra coisa senão fundar fronteiras. Na indecível pluralidade de movimentos possíveis nas articulações da estrutura, a significação é quando a linguagem precipita. Em química, a precipitação faz referência ao fenômeno de separação e sedimentação de uma substância no interior de algum fluido. Do modo análogo, a significação ocorre quando usos da linguagem se condensam, instaurando e impondo os sentidos pelos quais racionalizamos o mundo e agimos. A violência da linguagem não é acidental, mas constitutiva da performance de significação.

A seguir, mostramos como a articulação entre violência e significação ocorre, na dimensão léxico-gramatical do discurso, através da análise comparativa do recurso linguístico da metáfora utilizada em reportagens sobre o escândalo político midiático *Novos alopados*.

A VIOLÊNCIA DA LINGUAGEM E O MEDO DO OUTRO: O CASO DO ESCÂNDALO POLÍTICO *NOVOS ALOPRADOS*

A categoria da metáfora é valiosa para entendermos como nossos modos de pensar e de agir são estruturados discursivamente. Em virtude do nosso interesse em analisar como as ações e as atividades do escândalo político são significadas particularmente, focalizamos o exame da metaforização lexical dos processos do evento. Para isso, lançamos mão do enquadre geral de metáforas elaborado G. Lakoff e M. Johnson (2002), que distingue três tipos principais de procedimentos metafóricos.

Primeiro, as metáforas conceituais, que são as generalizações que «governam nossas expressões linguísticas» (Lakoff - Johnson, 2002: 17). Assim, deve haver, segundo os autores, um mapeamento sistemático entre o domínio-fonte, de onde partem as inferências, e o domínio-alvo, em virtude do qual as inferências são aplicadas. Exemplo: «A estratégia passa por declarações para blindar Dilma»⁴. Aqui, a metáfora conceitual ‘discussão é guerra’ pode ser compreendida em termos de como o domínio-fonte ‘guerra’ aplica-se ao domínio-alvo ‘discussão’.

Segundo, as metáforas orientacionais, que estão relacionadas com a nossa ex-

⁴ Todos os exemplos apresentados ao longo deste artigo foram retirados do corpus da pesquisa.

periência corpórea e sensório-motora com o espaço, à medida que elas «dão a um conceito uma orientação espacial» (Lakoff - Johnson, 2002: 61). Estão intimamente ligadas às culturas das sociedades (Lakoff - Johnson, 2002: 61) e têm, em nosso próprio corpo físico, suas motivações elementares. Exemplo: «Dilma Rousseff, candidata do PT, de quem partiu a ordem irada para alagar os porões que, de outra forma, iniciariam suas operações». O enunciado indica como as metáforas organizam-se em torno de esquemas imagéticos e de oposições. No excerto, observando que, na cultura ocidental, a espacialização para cima é experienciada, em geral, como algo bom, enquanto a espacialização para baixo, ao contrário, como algo ruim ou do mal, a expressão «porões» representa negativamente o chamado núcleo de comunicação da campanha de Dilma Rousseff, acusado de ser o autor das operações de violação de sigilo fiscal na Receita Federal.

Terceiro, a metáfora ontológica, que diz respeito ao modo de «entender eventos, atividades, emoções e ideias como entidades ou substâncias» (Lakoff - Johnson, 2002: 76). É possível chegar a conceitos mais abstratos atribuindo-lhes características específicas. Assim, esse tipo de metáfora é importante para que consigamos racionalizar experiências mais abstratas, criando uma inteligibilidade sobre elas, ao identificá-las a partir de referências, categorizações, agrupamentos, caracterizações, etc. Exemplo: «A família Sarney jamais perdeu o tucano pelo golpe». No excerto, a *Operação Lunus*, da Polícia Federal, que, em 2002, desencadeou o escândalo que derrubou a candidatura à Presidência de Roseana Sarney (PFL, atual DEM), é lexicalizada metaforicamente em termos de combate e traição, como a expressão «golpe» indica.

Observemos os quadros a seguir, em que estão minuciosamente dispostas as ocorrências metafóricas ao longo das narrativas do evento em ambas revistas brasileiras consideradas:

Reportagem	Processo	Metáfora
A ordem na casa do Lago Sul (02/06/2010)	<i>O comando do PT teve de intervir pesado...</i>	Conceitual
	<i>A lama estourou no colo dele</i>	Conceitual
	<i>A turma começava a exercitar os músculos</i>	Conceitual/ Ontológica
	<i>...testar suas rotinas subterrâneas</i>	Ontológica
	<i>Desceu uma rajada sobre eles</i>	Orientacional/ Conceitual
	<i>...alagar os porões</i>	Conceitual/ Orientacional
	<i>Lanzetta recrutou gente da pesada</i>	Conceitual
A busca da hegemonia (01/09/2010)	<i>A estratégia de supressão da verdade caminha em três frentes</i>	Conceitual
	<i>...quem estaria por trás do cerco...</i>	Conceitual
O Estado a serviço do partido (08/09/2010)	<i>...mostra o enfraquecimento das instituições na era Lula</i>	Conceitual
	<i>é apenas o episódio mais recente do contínuo processo de agressão</i>	Conceitual/ Ontológica
	<i>...resultou na invasão de privacidade</i>	Conceitual
	<i>o aparelho foi estourado pela reportagem...</i>	Conceitual
	<i>veio ordem de cima para debandar</i>	Orientacional/ Conceitual
	<i>os ladrões petistas teriam invadido o hotel...</i>	Conceitual
	<i>isso reforçaria a suspeita da existência de uma conspiração</i>	Conceitual/ Ontológica
	<i>toda essa máquina de destruição do estado opera...</i>	Conceitual/ Ontológica
	<i>fogo amigo também queima</i>	Conceitual

Metáforas em Veja

Intrigas de Estado (27/10/10)	<i>...se apossar do estado/aparelhá-lo/e usá-lo</i>	Conceitual
	<i>...para atingir determinados alvos</i>	Conceitual
	<i>O quartel-general da pré-campanha de Dilma Rousseff foi usado...</i>	Conceitual
	<i>O clima de desconfiança do Ministério da Justiça contaminou até o mais alto escalão</i>	Ontológica/ Conceitual
	<i>...numa manobra para mostrar que seu poder...</i>	Ontológica/ Conceitual
	<i>a feitiçaria dos petistas resultou em um tiro no próprio pé</i>	Ontológica/ Conceitual
	<i>A tropa começou os trabalhos...</i>	Ontológica/ Conceitual
	<i>As únicas peças do dossiê [...] haviam sido compradas por bandidos</i>	Conceitual
	<i>O PT viu na tradicional instituição apenas um aparelho a serviço de seu projeto de poder</i>	Conceitual

Reportagem	Processo	Metáfora
O dossiê do dossiê do dossiê (09/06/2010)	<i>Os leitores dos jornais foram inundados com informações sobre uma trama</i>	Conceitual
	<i>...que envolveria a fabricação de dossiês contra o candidato tucano à Presidência, José Serra</i>	Conceitual/ Ontológica
	<i>Os boatos sobre a fábrica de dossiês parecem ser fruto de uma disputa interna</i>	Conceitual/ Ontológica
	<i>a razão de os tucanos terem lançado um ataque preventivo às informações que constam do livro</i>	Conceitual
	<i>a mídia embarcou com entusiasmo na versão</i>	Conceitual
	<i>...desencadeassem uma onda de boatos sobre a formação de um time de contraespionagem</i>	Conceitual
	<i>...não aceitará a confecção de dossiês</i>	Conceitual
As quebras de sigilo fiscal: qual é mesmo o escândalo? (02/09/10)	<i>o PSDB vai ao ataque na TV</i>	Conceitual
	<i>Munido de uma procuração...</i>	Conceitual
	<i>...o PSDB já foi para o ataque no seu horário do TRE...</i>	Conceitual
	<i>que munição bombástica teria o suposto emissário da campanha de Dilma...</i>	Conceitual/ Ontológica
	<i>...para desestabilizar o adversário</i>	Conceitual
Sinais trocados (13/09/10)	<i>Querida explicações sobre um caso escabroso</i>	Conceitual/ Ontológica
	<i>...não enxergou, como agora, nenhum indício de um grave atentado contra os direitos dos cidadãos</i>	Conceitual/ Ontológica
	<i>...é fruto de uma negociação nebulosa</i>	Conceitual
	<i>Era, por assim dizer, um balcão facilitador</i>	Conceitual/ Ontológica
	<i>...As duas também deveriam ter sido alvo de uma investigação da polícia federal</i>	Conceitual
	<i>A investigar a monumental quebra de sigilo bancário...</i>	Conceitual
<i>A morte súbita do caso [...] não chega a ser um mistério insondável</i>	Conceitual	

Metáforas em Carta Capital

Uma guerra tucana (27/10/10)	<i>A mídia rebola para esconder o fato...</i>	Conceitual
	<i>a quebra do sigilo da turma de Serra é fruto de uma guerra tucana</i>	Conceitual
	<i>...para colocar nos eixos a história da quebra de sigilos</i>	Conceitual
	<i>...acabou por atingir o tucanato de modo irremediável</i>	Conceitual
	<i>As informações foram utilizadas para a confecção de relatórios...</i>	Conceitual
	<i>...para fabricar dossiês contra Serra</i>	Conceitual
	<i>...está na base de outra disputa fratricida</i>	Conceitual
	<i>...o parlamentar rebateu as acusações</i>	Conceitual

Na narrativa construída por *Veja*, a análise discursiva indicou a inclusão somente de transgressões que envolviam os atores sociais PT e Dilma Rousseff. A revista, assim, significou o escândalo político como uma guerra e, mais especificamente, as ações e atividades transgressoras como atos violentos contra a democracia e empreitadas fascistas de controle do Estado. Para isso, a revista lançou mão dos recursos de metáfora conceitual, cujo referencial bélico e de poder serviu à significação do evento como combate e ataque, de metáfora ontológica, cujo movimento de nominalização tornou-se bastante útil à naturalização das representações construídas como constatação de estados de mundo, e de metáfora orientacional, que concorreu para a legitimação do caráter negativo, desmoralizante e irracional dos acontecimentos representados.

Na cartografia construída por *Carta Capital*, a análise discursiva apontou para a inclusão de transgressões originais relacionadas aos atores sociais PT e Dilma Rousseff e de transgressões secundárias ligadas aos atores PSDB e José Serra. No primeiro caso, a revista significa as ações e atividades a partir do recurso de metáfora conceitual, com referência à fabricação ou forjamento, que serviu à percepção dos processos representados como não-fatos criados pela imprensa hegemônica. No segundo caso, a revista significa as ações e atividades pelo recurso de metáfora conceitual, com referencial bélico, através do qual o evento é representado como guerra e atentado contra a democracia, e de metáfora ontológica, que naturaliza as significações de processos em estados de realidade, mostrando as transgressões secundárias em foco como um quadro de práticas habituais de uso político-partidário de instituições públicas.

Ao fim da análise, notamos que há um enquadramento bélico à significação do escândalo político, através dos modos como os acontecimentos são, enquanto objetos de discurso, recategorizados ou rerepresentados metaforicamente a cada reportagem. Voltando às questões que discutimos na seção anterior, devemos observar que a significação do evento como uma guerra produz o efeito de uma racionalização do acontecimento em termos da identificação dos lados do bem e do mal, ou do inimigo ameaçador e da vítima, de modo a obliterar a percepção de uma forma de violência que vai além dos atos transgressores denunciados. A representação de guerra é, assim, mistificadora, porque ela se serve da violência subjetiva, pela qual se sustentam certa indignação moral e injunções de urgência contra a ameaça do outro, para obscurecer formas de violência social.

Um dos episódios que protagonizaram os *Novos alopados* foi a criação de cerca de 3.000 pequenas emissoras de rádio no interior do Brasil pelo Governo Lula, em 2010. A imprensa hegemônica, imediatamente, alardeou o caso como uma empreitada fascista de controle dos meios de comunicação, enquanto a alternativa-comunitária informava-o como opção à centralidade midiática e cultural do país. O que está em jogo passa ao largo de ser, tão simplesmente, a oposição particular entre certos setores da imprensa e da política, que alegam o mesmo direito democrático à liberdade de expressão, mas uma conjuntura partilhada de sistemas e práticas culturais, econômicas e políticas – isto é, uma forma de vida (Wittgenstein, 1989) – que o *establishment* da comunicação midiática no Brasil, em parte, mantém.

Pensemos, aqui, em razões e consequências de se empreender uma política do medo do outro e de se incitar um ódio massivo contra o reificado inimigo de determinado governo – tido como autoritário por empreender práticas fascistas de apoio financeiro e tecnológico a pequenas mídias, com a suposta pretensão de torná-las econômica e ideologicamente dependentes – enquanto se autoprojeta um modelo de imprensa livre como único possível e genuíno numa democracia. Uma vez pulverizado, enquanto estratégia decorrente de um jogo de poderes, o espaço comunicativo oportuniza e pluraliza a atuação de coletividades sociais – em especial, aquelas historicamente marginalizadas e privadas de recursos de identificação e de organização civil e política – nas deliberações do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas pela legitimação e hegemonia de significações em que se funda a realidade social são, como temos argumentado, ideológicas e violentas, à medida que a linguagem é sempre uma distorção ideológica performativa que cria e recria as ficções simbólicas pelas quais vivemos e racionalizamos o mundo.

Se estamos entendendo por violência a alteração das relações sociais de base (Žižek, 2014: 169), então devemos encarar, seriamente e com toda a urgência que essa responsabilidade exige, a compreensão de que o fenômeno da linguagem é uma forma de agir no mundo e sobre as pessoas. O mesmo caráter ideológico e violento que torna a significação um ato perigoso, potencializando-a da capacidade de produzir discriminações e exclusões, também a faz tão poderosa quanto nas lutas contra essas mesmas relações de opressão.

Assim encerramos o círculo de nossa discussão, com um convite à emancipação. Com a ironia provocativa de Žižek (2014: 169): sejamos violentos!

BIBLIOGRAFIA

- Althusser, Louis (1969), *For Marx*, London, New Left Books.
- Austin, John (1990), *Quando dizer é fazer*, Porto Alegre, Artes Médicas.
- Derrida, Jacques (2008), *Gramatologia*, São Paulo, Editora Perspectiva.
- Foucault, Michel (1997), *A arqueologia do saber*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Gell, Alfred (1988), «Technology and magic», *Antropology today*, v. 4, pp. 6-9.
- Heidegger, Martin (1999), *Introdução à metafísica*, Rio de Janeiro, Boitempo.
- Lacan, Jacques (1992), *As psicoses*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Lacan, Jacques (2005), *O Simbólico, o Imaginário e o Real*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Laclau, Ernesto - Mouffe, Chantal (1987), *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*, Madrid, Siglo XXI.
- Lakoff, George - Johnson, Mark (2002), *Metáforas da vida cotidiana*, Campinas, Mercado de Letras.
- Marx, Karl - Engels, Friedrich (1999), *Ideologia alemã*, São Paulo, Martins Fontes.
- Safatle, Vladimir (2008), *Cinismo e falência da crítica*, São Paulo, Boitempo.
- Silva, Daniel - Alencar, Claudiana (2014), «Violência e significação: uma perspectiva pragmática», in Silva, Daniel - Ferreira, Dina - Alencar, Claudiana (org.), *Nova Pragmática: modos de fazer*, São Paulo, Cortez, pp. 259-283.
- Silverstone, Roger (2002), *Por que estudar a mídia?*, São Paulo, Loyola.
- Wittgenstein, Ludwig (1989), *Investigações filosóficas*, São Paulo, Nova Cultural.
- Žižek, Slavoj (1996), *Um mapa da ideologia*, Rio de Janeiro, Editora Contraponto.
- Žižek, Slavoj (1992), *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Žižek, Slavoj (2014), *Violência: seis reflexões laterais*, São Paulo, Boitempo.
- Žižek, Slavoj (2011), *Primeiro como tragédia, depois como farsa*, São Paulo, Boitempo.
- Žižek, Slavoj - Daly, Glyn (2006), *Arriscar o Impossível: conversas com Žižek*, São Paulo, Martins Fontes.